

TESTE DO MÓDULO DE PROCESSO PENAL

(Julho de 2019)

1.

Num texto com não mais de 20 linhas comente criticamente a seguinte afirmação: “o processo penal da RAEM é caracterizado por ser um processo de estrutura acusatória mas integrado pelo princípio da investigação”. **(20/200 valores)**

2.

Relembrando os princípios gerais que norteiam o processo penal enuncie o princípio da legalidade, dando exemplos normativos da sua consagração no C.P.P. de Macau. **(20/200 valores)**

3.

No âmbito do processo penal o Ministério Público actua enquadrado pelo princípio da legalidade. Todavia, na sua actuação na fase do inquérito, em concreto no momento do despacho final, evidenciam-se afloramentos de cedência daquele princípio ao princípio da oportunidade. Dê exemplos desses afloramentos. **(10/200 valores)**

4.

Configure a seguinte situação:

Imediatamente na sequência de um acidente de viação, e do qual resultaram ferimentos para A., com responsabilidade assumida por B., pretendeu este liquidar os danos de natureza patrimonial e não patrimonial emergentes do sinistro.

A. não pretende a punição de B. Crê, no entanto, que é seu dever de cidadania fazer sentir a B. a devida censura pelo respectivo comportamento rodoviário através da sua “submissão” ao competente processo penal, relegando para início do julgamento a desistência que pretende operar e perante um pedido formal de desculpas exarado em acta e perante a presença do Tribunal.

A. disso deu conta a B. que, não obstante, pretende ver resolvida a questão indemnizatória.

Acordados quanto aos valores devidos, pretendendo A., não obstante, manter a possibilidade de accionar criminalmente B. pela prática de crime p. e p. no artº142 do CP apesar da liquidação da indemnização reputada por adequada, como advogado, e com vista a manter o direito de queixa, que conselho daria a A.? **(10/200 valores)**

5.

Configure a seguinte situação:

A. e B. são amigos de longa data e encontram-se no Bar Ski 21 na cidade de Macau no dia 2 de Janeiro de 2015.

C., com quem aqueles dias antes haviam trocado algumas palavras menos cordatas na sequência de um evento rodoviário, entrou no dito bar.

A. e B. olharam um para o outro e proferiram a seguinte expressão: vamos a ele, apelidando C. de filho de uma vaca. Acto contínuo agrediram-no, provocando-lhe um hematoma na cabeça e com necessidade de suturação com 6 pontos. C. esteve 5 dias sem poder trabalhar, facto documentado pelo Hospital.

- a) – Numa acção penal que tenha por base a participação dos factos supra descritos é necessária por obrigatória a constituição de assistente? Se sim, qual a base legal? **(5/200 valores)**
- b) – No texto que antecede que crimes se identificam e qual a sua natureza? Forneça a competente base legal. **(5/200 valores)**
- c) – Supondo que o crime em causa se reporta apenas às agressões, pretendendo-se garantir que no momento próprio o M.P. notifique C. para deduzir pedido cível, o que mencionaria a propósito no requerimento de queixa. Identifique a base legal pertinente e se existir? **(5/200 valores)**
- d) – Porque entretanto soube que um dos agressores, A., é irmão de um grande amigo seu, a pedido deste, C. apresentou requerimento de desistência de queixa em relação àquele. Em face disso, não olvidando a forma de comparticipação de A. e B., indique qual a consequência processual em relação a este e respectiva base legal? **(5/200 valores)**
- e) – Não pretendendo esperar pelo processo penal e para nele deduzir o pedido cível, antes de formalizada a queixa, C. introduziu acção cível em separado. Qual a consequência deste facto em relação ao direito de queixa? **(5/200 valores)**

6.

Atente ao seguinte excerto de uma acusação pública:

“Os agentes da PSP, no dia 20 de Janeiro de 2010, suspeitando que x se dedicava ao tráfico de produtos estupefacientes, interceptaram-no na rua y e, na sequência da revista, apreenderam 30 gramas de substância, cuja análise pericial a classificou como Katamina. Na sequência disso dirigiram-se à casa do arguido e apreenderam uma balança destinada ao peso da droga, sacos de plástico destinados ao seu embalamento. O arguido admitiu ter adquirido a referida Katamina na RPC, cujo peso líquido é de 25 gramas. De acordo com o referido pelo arguido, tal substância era destinada à venda a terceiros”.

Por estes factos x está acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes previsto e punido pelo artº8 da Lei nº17/2009.

Relembrando o conteúdo do que a propósito se expendeu no elemento oportunamente fornecido intitulado “a Boa Prática Judiciária como Condição Necessária ao Cumprimento da Função do Direito Penal”, num texto com não mais de 20 linhas, expenda sobre a importância de um rigoroso “recorte factual” na caracterização do “pedaço da vida” objecto de uma acusação. **(20/200 valores)**

7.

Vigora no sistema processual de Macau o princípio da livre apreciação da prova.

Enuncie o significado de tal princípio, relevando-lhe méritos e eventuais deméritos, exigência para que seja sindicável, previsão legal, limitações, etc...? **(25/200 valores)**

8.

Se o crime imputado ao arguido corresponder a um dos mencionados no artº193 do CPP, verificados fundados indícios do seu cometimento, a medida

de coacção de prisão preventiva deve ser aplicada sem mais ou há ainda espaço legal para ser aplicada uma outra que a substitua e satisfaça os fins do processo? **(20/200 valores)**

9.

Admita que em sede da audiência de julgamento e da prova produzida no seu decurso, o Tribunal chega à seguinte conclusão: diferentemente do consta da acusação A. não teve intenção de disparar sobre B.. O que sucedeu foi que, ao pegar na arma, não confirmou se a respectiva câmara estava “limpa”, sem qualquer munição, tudo por o ter feito duas horas antes. Confiando na ausência de qualquer munição na câmara, não aceitando nunca a possibilidade de tal vir a verificar-se, acabou por premir o gatilho da arma e, desta sorte, alvejando fatalmente B.

Assim, o crime cometido e a censurar não seria o previsto no artº128º do CP e pelo qual vinha acusado, mas sim o previsto no artº134ºnº1 do mesmo diploma.

Face a isto, o que deve o Tribunal fazer? **(20/200 valores)**

10.

Perspective a seguinte situação:

Pela prática de um crime de pena de prisão não superior a três anos o MP optou por “accionar” o agente através de um processo sumaríssimo.

O MP. propõe uma pena, o arguido, notificado da proposta, aceita, e o processo é remetido ao Juiz.

Na sequência disso o Juiz, não concordando com a pena proposta e aceite e por entender não satisfazer os fins da punição, por despacho, **sem mais**, aplica uma outra pena.

- a) - É legal a decisão do juiz? E se a pena pela qual optou for inferior à proposta e aceite? **(10/200 valores)**
- b) - Tal despacho está ferido de algum vício? Qual? Se a pena aplicada for inferior quem pode reagir? **(10/200 valores)**
- c) – Do despacho pelo qual o Juiz aplicou a pena pode recorrer-se? **(10/200 valores)**